



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

TARDE

CONSULTOR LEGISLATIVO

ÁREA XIII

PROVA DISCURSIVA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de sala as folhas de textos definitivos.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, você poderá deixar a sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova, você poderá deixar a sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal de sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome **apenas** no(s) espaço(s) reservado(s).
- Caso você receba caderno de questões com o cargo **diferente** do impresso em sua folha de textos definitivos, comunique **obrigatoriamente** o fiscal de sala para que o fato seja registrado em ata.
- **Não** será permitida a troca de folhas de textos definitivos em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, será levado em consideração **apenas o texto redigido nas folhas de textos definitivos**.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Área XIII - Dissertação

O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) deve ter como objetivo desenvolver propostas para o sistema viário e os sistemas de transportes, para que os deslocamentos de pessoas e bens, na cidade, ocorram de forma sustentável, contribuindo para o seu desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Com relação a este tema, elabore um texto dissertativo, abordando, obrigatoriamente, os seguintes aspectos:

- a) Apresente as possíveis técnicas de levantamento de dados que podem ser aplicadas e explique o seu uso para atingir o objetivo do trabalho.
- b) Apresente as técnicas de planejamento de transporte, em que o responsável pelo estudo de uma cidade deve fazer uso no seu trabalho;
- c) Justifique como o transporte ativo deve ser priorizado neste tipo de plano.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

Área XIII - Minuta de proposição com JUSTIFICAÇÃO

A discussão em torno da implementação de tarifa zero, no transporte público, tem ganhado destaque, como uma alternativa inovadora, para enfrentar desafios urbanos relacionados à mobilidade. A proposta de tarifa zero visa transformar o acesso ao transporte público em um serviço gratuito para os usuários, buscando impactar positivamente diversos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Um dos principais argumentos, em favor da tarifa zero, é o potencial de reduzir as desigualdades sociais. Ao eliminar a barreira financeira para o acesso ao transporte público, pessoas de diferentes classes sociais têm a oportunidade de usufruir do serviço de maneira equitativa, facilitando o deslocamento diário, o acesso a empregos, educação e serviços de saúde. Essa abordagem busca promover a inclusão social e reduzir as disparidades de mobilidade.

Do ponto de vista econômico, a tarifa zero pode ser vista como um investimento na qualidade de vida e na dinâmica econômica local. Ao facilitar o deslocamento, o comércio local é estimulado, criando um ambiente propício para o desenvolvimento de negócios e a geração de empregos. Além disso, a redução do tráfego individual pode resultar em menor necessidade de investimentos em infraestrutura viária, aliviando os custos associados à gestão do tráfego e manutenção de estradas.

Outro aspecto crucial é o impacto ambiental positivo. A tarifa zero incentiva a migração de modos de transporte individual para o coletivo, reduzindo a emissão de poluentes e contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas. A promoção do transporte público como uma opção atrativa pode ser uma peça-chave na construção de cidades mais sustentáveis e ecologicamente conscientes.

No entanto, a implementação da tarifa zero não está isenta de desafios. A questão financeira é um ponto crítico, já que os sistemas de transporte público dependem, em grande parte, das receitas geradas pelas tarifas para cobrir seus custos operacionais. Portanto, a transição para a tarifa zero exige fontes alternativas de financiamento, como parcerias público-privadas, subsídios governamentais robustos e a realocação eficiente de recursos.

Em resumo, a tarifa zero, no transporte público, representa uma visão inovadora, para enfrentar os problemas de mobilidade nas cidades, promovendo inclusão social, estimulando a economia local e contribuindo para a sustentabilidade ambiental. A discussão em torno dessa proposta deve considerar cuidadosamente os desafios e oportunidades envolvidos, visando construir sistemas de transporte público que atendam, de forma eficiente, às necessidades de toda a comunidade.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija uma minuta de proposição, devidamente justificada, a fim de orientar o financiamento da tarifa zero no Brasil para cidade médias.

- a) Fontes de recurso para financiar a tarifa zero no transporte público;
- b) Delimitar o prazo de uso dos recursos deste tipo de financiamento;
- c) Definir percentuais mínimos de recursos Federais e Municipais para este fim;
- d) Definir critérios de acompanhamento.

Todos os itens acima devem ser devidamente justificados.

Desconsidere eventuais proposições relativas a essa matéria que já tenham sido objeto de apreciação pelo Congresso Nacional ou por qualquer uma de suas Casas.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

Realização

